



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO  
CLIPPING - JORNAIS IMPRESSOS

Jornal do Dia - 19/01/2018

## MP discute fornecimento de merenda escolar nos municípios

O Ministério Público de Sergipe, por intermédio da Promotora de Justiça Luciana Duarte Sobral realizou audiência pública no último dia 16, para discutir irregularidades e ausência de fiscalização no fornecimento da alimentação escolar nos Municípios de Pacatuba, Ilha das Flores e Brejo Grande. Participaram da audiência representantes dos Conselhos de Alimentação - CAEs dos três Municípios e de representantes da Procuradoria Municipal e Secretaria de Educação dos Municípios de Brejo Grande e Ilha das

Flores.

Durante a reunião ficou comprovado que a efetiva fiscalização não estava sendo realizada pelos CAEs e, para que o problema seja sanado, os representantes dos Municípios de Ilha das Flores e Brejo Grande se comprometeram que, a partir de março de 2018, o ente municipal disponibilizará um veículo da frota municipal para que os Conselhos possam realizar as devidas inspeções nas unidades escolares e nos galpões onde os alimentos são armazenados.

Além disso, ficou estabe-

lecido de comum acordo, que os CAEs realizarão as visitas de inspeção sem aviso prévio, quantas vezes forem necessárias durante todo o ano. Após as visitas, os Conselhos deverão elaborar relatórios conclusivos sobre todas as unidades escolares dos Municípios.

A promotora solicitou aos representantes dos Municípios de Ilha das Flores e Brejo Grande, presentes na audiência, que, no prazo de 15 dias, forneçam aos CAEs a lista de atuais fornecedores da alimentação escolar, bem

como a cópia dos respectivos contratos. Luciana Duarte estabeleceu o dia 30 de março para que os três Conselhos informem ao Ministério Público as medidas que estão sendo adotadas em cumprimento às normas pactuadas durante a audiência.

Diante da ausência dos representantes do Município de Pacatuba, o MP oficiou o Prefeito Municipal daquela Cidade, para que tome providências com relação ao cumprimento das medidas pactuadas durante a audiência pública.